

**APROVEITÁVEIS LIÇÕES DE HISTÓRIA: O HISTORIADOR-JORNALISTA
PERNAMBUCANO MÁRIO MELO E SUAS “CURIOSAS” HISTÓRIAS
“DENTRO DA HISTÓRIA”**

Amanda Alves Miranda Cavalcanti
Doutoranda em História na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
amandacavalcanti1@hotmail.com

Mário Melo é o intelectual do comentário. Comentário do dia e dos fatos passados.

Sacode todos os compartimentos da vida pernambucana. É um espanador feito de penas. Penas de todos os pássaros, grandes e pequenos.

O espanador não deixa poeira no lugar, bate em tudo. (...)

Todos os dias pela manhã e à tarde a população do Recife o encontra em forma, dentro do acontecimento do dia.

Não tem ambições. O Instituto Arqueológico é o seu Capitólio. Contenta-se em viver a vida que passa e em saber como os outros viveram.

Quando o dia está limpo, sem sombras, nem novidades, ele vai espanar a poeira dos séculos, vasculhando os acontecimentos da História. Pesquisa os arquivos, interpreta velhos documentos e extrai o comentário.

O comentário não tem filosofia nem austeridade. É um flagrante de cenas e de atividades. Uma curiosidade, um efeito de luz, um retrato, um quadro partido, um motivo humano.

Assim Mário Melo conta a História. História de Pernambuco, que é seu cenário e o seu mundo. (...)

A criança lê esse livro de uma vez. O adulto, ou o homem de cultura, lê nos intervalos do trabalho, ou das leituras profundas. É um sal para as fadigas.

A criança vê que, na História, há muita coisa da casa de boneca, ou dos contos de Monteiro Lobato. Perde o enfado daquele rol de fatos e datas, que no colégio, lhe ensinaram a decorar. (Magalhães, *Folha da Manhã*, ,s/d)

Nesse artigo publicado no jornal *Folha da Manhã*, Agamenon Magalhães reforça e divulga uma ideia sobre a atuação de Mário Melo como jornalista e historiador: a do “intelectual do comentário”. Ao representá-lo como uma figura antenada com os fatos do presente e do passado, o autor diz que Melo atuava como um verdadeiro “espanador feito de penas”, sacudindo o presente ou levantando a poeira do passado histórico, para extrair o que chama de comentário. O comentário, como explica, “não tem filosofia nem austeridade”, sendo apenas um flagrante ou um retrato de acontecimentos do cotidiano, vivido no momento ou séculos atrás. Neste caso, ele os encontra nos arquivos onde vasculha seus “rastros” em velhos documentos.

Como fica claro, Mário Melo também é apontado como um intelectual de escrita instrutiva e agradável, interessado em produzir narrativas sem complexidade e

elucubrações filosóficas: crianças, mas também adultos, o liam com prazer e ganho. Desse modo, ele é situado como um historiador, que nem se submetia à erudição associada ao seu ofício, nem praticava uma escrita escolar identificada como “um rol de nomes e datas”. Suas buscas por documentos nos arquivos do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) não se limitavam à elaboração de monografias sobre a História de Pernambuco, direcionadas aos seus pares historiadores. Ele era visto, sobretudo, como um historiador-jornalista que tinha como objetivo tornar a História do Brasil, e, mais precisamente a História de Pernambuco – “seu cenário e o seu mundo” –, mais compreensível e acessível a um grande público.

No entanto, vale lembrar, havia muitos outros intelectuais brasileiros (alguns também “eruditos”) que, durante a primeira metade do século XX, compartilharam esse projeto cívico-pedagógico de ensinar história, dedicando-se a escrever para um público amplo e diversificado. Assim, devemos deixar claro que Mário Melo está inserido em um conjunto de intelectuais identificado como “mediadores culturais” (GOMES, HANSEN, 2016), preocupados em produzir narrativas históricas que servissem de “tempero para a fadiga”, voltando-se tanto para o adulto “não iniciado” como para as crianças que procurassem na história “coisas de casa de bonecas”.

Corroborando esta imagem construída por Agamenon Magalhães, Valdemar de Oliveira, no necrológio produzido em homenagem a Mário Melo, o qual comemorava um mês de sua morte, em 20 de junho de 1959, ao mesmo tempo em que o apresenta como um historiador que, “de avental e mangas de camisa”, trabalhou solitariamente nos arquivos do IAHGP, também o caracteriza como um “didata”. Isto é, como alguém preocupado em divulgar e ensinar história “nas doses ditadas pelas efemérides nacionais.” Dessa forma, aponta Valdemar de Oliveira:

Quase sempre, Mário Melo via o passado histórico, por assim dizer – macroscopicamente, o quanto lhe bastava para transmiti-lo, em grandes linhas, aos seus leitores, nas doses ditadas pelas efemérides nacionais. Reproduzia-o com clareza, simplicidade, segurança e discrição – inimigo, que era das longas dissertações em letras de forma. Tinha nesse particular, a aparência não de quem expõe e discute, mas, de quem divulga e ensina; sem a ansiedade analítica do historiador, antes com a leveza e a objetividade do didata. (OLIVEIRA, *Revista do IAHGP*, 1960)

Nesse sentido, acreditamos que essas imagens construídas sobre Mário Melo não se excluem, mas se complementam, fazendo dele um intelectual de ação múltipla, ou, como diria Christophe Charle (1992), um “homem-duplo”, envolvido nas atividades de mediação entre dois níveis culturais supostamente separados: o erudito e o “popular”. Dessa forma ele era, ao mesmo tempo, o Secretário Perpétuo de uma instituição como o IAHGP, desde 1917; o “historiador de arquivo” que trajava “mangas de camisa e avental”; o autor de monografias destinadas somente aos pares; e também o gestor e implementador de projetos de alto valor para o campo político-cultural, visando à socialização do conhecimento histórico junto a um grande público. Este perfil se configurou e se consolidou, justamente porque Melo assumiu uma posição estratégica no IAHGP, ao liderar a organização das comemorações dos Centenários das Revoluções de 1817 e 1824, que proporcionaram à população pernambucana, grandes “lições de história”. Além disso, atuou durante toda a vida como um historiador-jornalista, ao escrever diariamente nos periódicos de seu estado “comentários”, em grande parte, de teor histórico, que foram lidos, por anos, por um grande público. E também foi autor de livros de História, como o mencionado por Agamenon Magalhães na epígrafe do artigo, destinados à divulgação desse conhecimento, que parecem ter alcançado leitores de várias idades e condições sociais.

Portanto, neste artigo, que é um dos resultados da dissertação de mestrado intitulada “*Cadê Mário Melo: Um historiador do IAHGP pelas ruas do Recife*”, nosso interesse é focar em sua atuação como mediador cultural (GOMES, 2016), nos dedicando ao estudo do seu papel como “didata” e divulgador do conhecimento histórico. Para tanto, optamos por analisar um de seus livros de história voltados aos “não iniciados”: *Dentro da História*, publicado em 1931 pela maior editora do Brasil na época, a Companhia Editora Nacional. Este livro é composto por uma reunião de crônicas históricas publicadas por Mário Melo na imprensa pernambucana ou mesmo na Revista do IAHGP. Assim, os objetivos do artigo são tentar perceber qual a linguagem operada por ele e qual a sua estratégia narrativa na elaboração desse livro, voltado para um amplo público leitor, tendo em vista seu projeto cívico-pedagógico de divulgar o conhecimento da história do Brasil e da região. Tal projeto estava, sem dúvida, vinculado ao do IAHGP, que buscava construir uma cultura histórica republicana

(GOMES, 2007) em Pernambuco, a partir da ideia da existência, de longa data, de uma “vocação republicana” na região, decisiva para a construção da identidade nacional brasileira. Além disso, devemos considerar ainda os procedimentos de fabricação e a materialidade deste livro (CHARTIER, 2002), como também os seus processos de circulação, na medida em que gostaríamos de compreender a repercussão que ele teve não só em Pernambuco como no Brasil.

Nesse sentido, antes mesmo de analisarmos a repercussão de livro *Dentro da História*, acreditamos ser válido fazer um panorama geral sobre a atividade da publicação de livros no Brasil durante a primeira metade do século XX. Nesta época, o livro vai se tornando um instrumento fundamental de cultura e um dos mais importantes veículos para a promoção de uma espécie de “pedagogia da nacionalidade”. Isto é, ele vai ser utilizado como uma das mais valiosas ferramentas para a implementação de uma ação cultural, encarada pelos intelectuais brasileiros como uma verdadeira “missão”. Pelo livro e pela leitura, acreditava-se que seria possível minimizar e até vencer o “atraso” educacional do Brasil, o que colocava em destaque os investimentos e as ações dedicadas à formação de um público leitor. O grande interesse de ampla parcela da intelectualidade brasileira era formar um vasto e variado público leitor, que deveria ser educado dentro dos valores cívicos da nacionalidade, o que significava aprender a conhecer e amar o Brasil. Ou seja, uma empreitada pedagógica que estava intrinsecamente relacionada à construção de cidadãos republicanos por meio de uma cultura política em que o passado histórico tinha grande importância.

No entanto, vale ressaltar que esta ação não se restringia à esfera da educação formal, estendendo-se a estratégias pedagógicas para além da escola. Por isso, embora a mídia em forma de livro se destacasse, sabia-se também do valor dos jornais, peças de teatro, museus e comemorações cívicas, que atingiam amplos públicos. Portanto, era necessário educar o “povo” brasileiro, transformando-o em leitor das diversas mídias modernas, para que ele pudesse compreender e alcançar os valores patrióticos formulados e disseminados por elas. E, para que isso fosse possível, exigia-se a realização de um grande investimento na criação de uma narrativa acessível, que pudesse ser entendida por todos. (GOMES, 2014)

No entanto, como afirma Laurence Hallewell (1985), até os anos 1920, poucas eram as editoras no Brasil, sendo a maioria delas estrangeiras, como, por exemplo, as livrarias francesas Garnier, instalada no Rio de Janeiro, e a Garraux, em São Paulo. As oficinas tipográficas eram antiquadas e sem tecnologia suficiente para a edição de livros e havia um baixo investimento no ramo das edições, sendo estas pouco atraentes e com altos preços.

Foi principalmente a partir dos anos 1930 que houve um despertar do interesse de se ampliar a indústria do livro no país, transformando-o em uma mercadoria vendável, rentável, e, acima de tudo, atraente (CANDIDO, 1984; DUTRA, 2004; PONTES, 1988). Ao mesmo tempo, surge também um movimento de valorização de autores e temáticas nacionais. A intenção era publicar livros que abarcassem um amplo e diversificado panorama de estudos sobre o Brasil, em todos os seus aspectos e problemas, na busca por tornar o país mais conhecido e mais amado. Assim, a iniciativa visava formar uma consciência nacional, “abrasileirar” o Brasil, utilizando para isto um dos mais importantes artefatos do mundo moderno: os livros (DUTRA, 2013).

Segundo a historiadora Eliana Dutra, no texto “Seremos universais, porque nacionais” (2013), o grande mentor deste processo de tornar o livro um produto nacional e lucrativo foi o escritor/editor/tradutor Monteiro Lobato, que, em 1926, junto com seu sócio, Octales Marcondes Ferreira, fundou a Companhia Editora Nacional, “espécie de modelo matriarcal para as editoras brasileiras”. Esta editora ficou marcada por traços inovadores como: a preferência quase exclusiva por autores brasileiros, a busca de uma fisionomia material própria, o esforço para vender por preços acessíveis sem quebrar a qualidade editorial, a organização de uma forte rede de distribuição comercial das obras editadas, o uso estratégico de propaganda (no rádio, nos jornais, nas revistas) e as diferentes táticas para divulgar os novos autores. Ela vinha revolucionando a indústria do livro, estabelecendo uma nova metodologia de trabalho editorial que, exitosa, exibiu novas perspectivas para a promoção, o acesso e a produção do livro nacional. O sucesso dessa editora foi notável: em início dos anos 30 já era a maior de São Paulo e, em 1938, respondia por um terço de toda a produção de um país (PONTES, 1988). Portanto, como afirmou o escritor Manuel Bandeira, em uma crônica

intitulada, “O Brasil quer ler”, publicada em 1934, não se lia no Brasil até os anos 20, porque o livro era caro, mas a Editora Nacional mostrou que o país quer ler (BANDEIRA, APUD, DUTRA, 2013)

Assim, a década de 1930, de acordo com o escritor e jornalista Heitor Muniz, já havia começado muito auspiciosa em relação à publicação de livros no Brasil, na medida em que ele considerava 1931, o “ano literário” (MUNIZ, *Correio da Manhã*. 1932). Em relação à publicação de livros de história durante os primeiros anos da década de 1930, Eudoro Ramos Costa destacava, no jornal *Correio da Manhã*, os 23 lançamentos de 1931 publicados pela Companhia Editora Nacional, entre eles *Dentro da História*. O autor alega que a editora pretendia, num futuro próximo, cuidar seriamente de obras históricas, mas que, no presente, tem-se limitado “a várias obras, de aparência consecutiva e assunto leve, que tem atraído para as fileiras escassas dos estudiosos de história considerável número de leitores.” Para ele, esses livros “são aperitivos estupendos que propiciam a ingestão de alimentos mais sólidos e suculentos”, ornados de capas com gravuras coloridas de grande poder sugestivo (COSTA, *Correio da Manhã*, 1932). No texto demonstrava-se que havia um forte interesse da editora em lançar livros que pudessem atingir uma ampla e diversificada quantidade de leitores, ao investir na produção de publicações cujos conteúdos históricos deveriam ser de fácil acesso, a fim de proporcionar leves e interessantes lições de História do Brasil. Portanto, Mário Melo foi publicado em ano movimentado para a Companhia Editora Nacional.

Dentre os livros que a editora estava lançando em 1931, destacam-se: “Maluquices do Imperador”, “Nos bastidores da história”, “A Marquesa de Santos”, “O Príncipe de Nassau”, “A bandeira de Fernão Dias”, de Paulo Setúbal; “O Brasil dos meus Avós”, “Terra de Santa Cruz”, “Histórias da Nossa História”, “Bahú Velho”, “Balaiada”, de Viriato Corrêa; “A Guerra do Viddo”, “A Guerra dos Rosas”, “A quem da Atlântida”, de Gustavo Barroso; “Problemas de Política Objetiva”, de Oliveira Vianna; “O demônio da Regência” e “O tigre da Abolição”, de Oswaldo Orico; “Dentro da História” de Mário Melo; “Ferro”, de Monteiro Lobato; “A vida de Joaquim Nabuco”, de Carolina Nabuco; “O tesouro de Cavendish”, de Alfredo Elis Júnior e

Menotti Del Picchia; “O padre Belchior de Pontes”, de Júlio Ribeiro; “A Tecedeira de Nhanduti”, de Gastão Penalva; Amazônia Misteriosa”, de Gastão Cruis; “Na corte D. Pedro II”, de Heitor Moniz.¹

Nesse sentido, podemos dizer que o sucesso da Companhia Editora Nacional não teria sido possível sem o contexto favorável da década e sem a experiência pioneira de Monteiro Lobato nos anos 1920, que, entre outras coisas, provou que as obras de autores brasileiros podiam ser publicadas em bases comerciais. No entanto, nossa intenção neste artigo é somente apontar esse grandioso empreendimento para que seja possível compreender a dimensão que a Companhia Editora Nacional atingiu durante os anos 30. Não foi por acaso, portanto, que entre os livros escritos por Mário Melo, *Dentro da História* se destacou como o que teve maior repercussão na imprensa brasileira.

Como foi dito, *Dentro da História* é produto da reunião de uma série de crônicas históricas, que tratam, principalmente sobre a História de Pernambuco. Ele dispõe de 204 páginas, contando 23 crônicas. Sobre a materialidade da publicação, devemos deixar claro que *Dentro da História* é um livro pequeno, podendo até ser considerado como “livro de bolso”, uma vez que mede aproximadamente 18cmx13cm. Pelas suas características, este livro é voltado para o grande público, possuindo capa colorida, porém sem muitas ilustrações.

Ao produzir narrativas em formato de crônica, destinadas principalmente aos adultos que liam jornais, Mário Melo buscava despertar sua curiosidade, que viria como um “efeito de luz” para que a história fosse iluminada e se torne mais apreciável. Essas crônicas eram textos curtos e simples, imbuídos, não da perspectiva dos que escrevem do “alto da montanha”, mas do “simples rés-do-chão” (CANDIDO, 1992, p. 14). Além disso, como elas se valiam da estratégia de despertar a curiosidade, exploravam com

¹ Vale lembrar que cada um destes livros estava custando, em média, 5\$000 (brochura) ou 7\$000 (encadernado). In: COSTA, Eudoro Ramos. “A História na ‘Quinzena do Livro’ de S. Paulo.” *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 10 jan. 1932.

frequência alguns detalhes, “miudezas” ou fragmentos da história, que precisavam fazer sentido para o grande público leitor.²

Estas “curiosidades históricas” envolviam grandes eventos da história política do país, destacando-se o heroísmo de certos personagens, sobretudo, dos vultos pernambucanos. De modo geral, a narrativa era feita “numa linguagem viva e interessante”, com aspectos pitorescos ausentes na produção historiográfica “erudita”. Nessa perspectiva, ressaltamos como exemplos duas crônicas: “O papagaio de Nassau” (MELO, 1931, p. 78-80), na qual Mário Melo vai contar o pitoresco episódio em que o papagaio de Maurício de Nassau salvou a vida de seu dono, e “Casamento em plena Revolução” (MELO, 1931, p. 91-93), em que narra o casamento de Domingos José Martins, revolucionário de 1817, com Maria Teodora.

Suas crônicas também tinham sempre a intenção de servir de lições de conduta moral. Nesse caso, a trajetória heroica e exemplar dos seus personagens era descrita para servir de inspiração para a população, fazendo com que o texto histórico possuísse um papel performativo, transmitindo um ensinamento aos destinatários (CERTEAU, 2013). Assim, Mário Melo vai investir no que se costuma chamar de “história anedótica” (MALERBA, 2003), caracterizada por uma escrita breve, simples e facilmente inteligível, que destaca episódios e personagens curiosos e expõe assuntos aparentemente desprezíveis, partindo de algo miúdo, de uma curiosidade, para chegar a uma situação geral maior e mais complexa. Essa prática pode ser percebida no texto “Fugir é cobardia”, no qual o autor trata da reação de Frei Caneca, ao ser convidado a fugir da prisão. Na crônica há vários diálogos entre Frei Caneca e outros personagens presos, devido ao movimento de 1824. Assim, Mário Melo ensina, fazendo de suas palavras as do próprio revolucionário:

– Fugir? Não, meu amigo. Agradeço-lhe muito o seu devotamento, a sua abnegação, mas não posso aceitar. Será o que Deus quiser. Já conheço as agruras do cárcere. Curti quatro anos de prisão na Bahia com o fracasso da revolução de 1817. Si o cárcere me intimidasse ou si a morte me

² Esta estratégia de despertar a curiosidade do público leitor era compartilhada por vários autores do período, ver: GOMES, Angela de Castro. “História de Chinelo: o ensino de história através do rádio no Brasil dos anos 1950”. In: ROCHA, Helenice, MAGALHÃES, Marcelo, GONTIJO, Rebeca (orgs). *O ensino de história em questão*. Cultura histórica, usos do passado. FGV editora. Rio de Janeiro, 2015. p. 257.

assombrasse, já experimentado com os revezes da sorte, eu não teria entrado neste segundo movimento. Fugir é covardia e Frei Caneca jamais será acusado de covardia. Adeus. (MELO, 1931, p. 151-153)

É igualmente o que ocorre na crônica, “As últimas horas de Silvino de Macedo”, na qual o autor vai novamente usar a estratégia de escrita em forma de diálogo, para narrar a condenação de Silvino de Macedo, tratando-o como um revolucionário exemplar que, como o Frei Caneca, não foi covarde, nem pediu clemência:

Por fim, resoluto, o interrogado diz com toda a firmeza:

- Chamo-me Silvino de Macedo.
- Que veio fazer em Pernambuco!
- Vim morrer.
- Por que não recorre à clemência do marechal, que já o salvou da morte?
- Sou revolucionário e não peço clemência.

Cumpra o seu dever!

(...)

Pela sua coragem, pela sua bravura e pelas circunstâncias de sua morte, voa o nome de Silvino de Macedo à imortalidade – mártir dum ideal por que a vida sacrificara. (MELO, 1931, p. 201-204)

Como podemos perceber, o autor vai se utilizar, com frequência, de alguns artifícios literários – como o de fazer os personagens históricos falarem, por exemplo – com a intenção de tornar a leitura de seus textos mais agradável, clara e instrutiva para o público leitor. Essa prática de escrita da história vai ser aplicada, mesmo quando ele insiste na afirmação de nunca ter praticado literatura de ficção nem dela ser adepto. É o que vemos no prefácio do livro *Dentro da História*, que foi reproduzir em 1935, em outro livro seu, *Aspectos da História* (1935), também destinado ao grande público.

Tenho procurado orientar os meus estudos para a História do Brasil, especialmente para a de Pernambuco. Por isso mesmo, nunca pratiquei a literatura de ficção nem dela sou adepto. Está mais ou menos verificado que só os especialistas procuram ler e estudar a História nas suas fontes, enquanto a maioria demonstra agrado em ler fatos esparsos, máxime si a narrativa se afasta do estilo adequado ao cronologista. Os capítulos deste volume são rigorosamente históricos, como em muitos o indicam as fontes. Apenas procurei afastar da narrativa a aridez sonolenta do estilo comum à espécie. (MELO, 1931, p. 1)

A maior prova de seu procedimento científico de pesquisa era fazer inúmeras notas de rodapé com referências às fontes utilizadas, e também a outros autores e historiadores, como Pereira da Costa, Vicente Ferrer, Rocha Pombo, J. Lucilo de Azevedo, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues etc. Nesse sentido, as estratégias de

escrita utilizadas por Mário Melo são justificadas como uma forma de tornar a narrativa atraente ao grande público, o que não significaria uma aproximação da ficção e distanciamento da ciência histórica.

Além da elaboração de diálogos entre os personagens históricos, ele também vai investir na divulgação de lendas baseadas nas tradições orais do estado pernambucano. Vale lembrar que a lenda é definida como o que “é contado e repetido tradicionalmente, sem que haja, necessariamente, uma documentação para prová-lo” (MELO, 1931, p. 67). Dessa forma, ressaltamos um texto em que Mário Melo explora essa possibilidade, denominado, “O suplício de Frei Caneca”, no qual vai narrar algumas histórias que são repetidas e acreditadas pelo povo e envolvem a morte desse personagem, que se tornou, ao mesmo tempo, histórico e lendário. No texto, Mário Melo narra que, quando Frei Caneca é morto, numa “manhã radiosa, contam que uma criança, contemplando o firmamento, vira entre nuvens, uma linda mulher de manto azul, a chorar como as que estavam na terra”. Essa mulher era Nossa Senhora do Carmo, que, segundo a tradição oral, chorava a morte “desta inocente alma”. Duas outras lendas sobre o personagem rendem histórias no livro: “O dr. Vicente Ferrer testemunha ter ouvido da sua avó que a praga do gorgulho no feijão apareceu com o martírio de Frei Caneca” e, baseado no “depoimento de testemunha ocular existente no Instituto Arqueológico”, dizia-se que o religioso havia descido as escadas da cadeia com o hábito da Madre de Deus (MELO, 1931, p. 14-16). O texto é cheio de detalhes e de artifícios literários, na medida em que o autor investiu fortemente em linguagens que sensibilizassem seu leitor para com a condenação daquele personagem que lutou em favor da República. Ou seja, ele vai construir uma imagem de Frei Caneca como o grande mártir republicano de Pernambuco. Isso pode ser percebido ainda no início da narrativa, quando ele declara: “Qual o seu crime? Ter pregado a liberdade pela imprensa. Ter sonhado com a república para a sua terra. A pena não deveria ser tão forte como se dizia. Conhecia bastante a lei para defender-se.” (MELO, 1931, p.9).

Além disso, ele ainda se utiliza de uma prática de escrita da história, que busca “usar o passado” para dar sentido ao presente, tendo como objetivo principal fazer reivindicações em favor da preservação da memória de personagens e eventos

históricos, especialmente os que estavam ligados à História de Pernambuco. Isto é, o autor vai narrar a história de seu estado para salientar a importância de políticas memoriais - como a realização de comemorações cívicas e construção de monumentos históricos etc -, que auxiliariam a criação e guarda de uma memória histórica coletiva.

Assim, podemos dizer que a sua produção historiográfica estava alinhada a um projeto cívico-pedagógico direcionado à socialização do conhecimento histórico, que tinha como objetivo a consolidação de uma memória histórica republicana no Brasil, para o que era necessária uma grande atenção com os “lugares de memória”, quer fossem festas, monumentos ou museus históricos, que se somariam aos esforços de divulgação do conhecimento histórico. Uma das crônicas que demonstram sua luta pela perpetuação do passado histórico pernambucano é “Com a cruz e com a espada (a epopeia de Tejucupapo)”. Ela trata do “famoso combate de Tejucopapo, onde a mulher pernambucana se elevou ao mais alto grau de heroísmo”, expulsando de suas terras os holandeses invasores. Podemos dizer que, ao contar o episódio, Mário Melo vai anunciar o lançamento de um monumento, erguido no centro das trincheiras de Tejucopapo, em homenagem às heroínas. Em suas palavras:

E, com a cruz e com a espada, essas anônimas filhas de Tejucupapo esculpiram um dos feitos mais brilhantes da epopéia pernambucana e rasgaram as portas à imortalidade, onde vão entrar no bronze da gratidão que Pernambuco inteiro se movimenta para fundir e fincar, como padrão de glória, sobre os sagrados palmos de terra – teatro do inigualável feito que constitui uma tábua de ouro dos nossos fastos. (MELO, 1931, p. 127-132)

Dessa forma, acreditamos que, ao escrever essas crônicas, sua intenção foi, não só informar seus leitores sobre um evento da história do estado, mas também sinalizar a importância da construção de um monumento para perpetuá-lo na memória de todos os pernambucanos. Ele, nesse caso, queria estimular o sentimento patriótico nas mulheres - agentes responsáveis pelo movimento de expulsão dos holandeses da região de Tejucupapo - tão pouco valorizadas na história contada geralmente por homens. Tanto que, em um dos textos, há uma epígrafe, na qual dialoga com as destinatárias: “Mães brasileiras! Eu vos dedico esta página. Lede-a para vossas filhas e guardai-a com orgulho patriótico.” (IDEM).

De modo geral, as crônicas que compõem o livro *Dentro da História* versam sobre episódios da História do Brasil e, principalmente, da história de Pernambuco. Dos 23 textos presentes no livro, 15 abordam assuntos cuja temática está centrada no período colonial, 7 sobre o período imperial, e somente 1 se dedica à República.

A iniciativa de ressaltar o período colonial é bastante significativa, já que era comum na escrita da história praticada por muitos historiadores pernambucanos da primeira metade do século XX. Isso porque, havia uma forte intenção desses intelectuais, principalmente os ligados ao Instituto Arqueológico, de contar a História do Brasil atribuindo destaque a personagens e acontecimentos relacionados à contribuição da história de Pernambuco à história nacional, o que dava relevo às lutas travadas contra os estrangeiros e também contra os portugueses na Colônia e no primeiro Reinado. Essa narrativa visava construir uma memória histórica para o estado, demarcando sua importância na defesa de ideais libertários e republicanos, o que produzia a valorização das diversas revoltas pernambucanas, ocorridas dos séculos XVII ao XIX.

Nesse sentido, podemos dizer que Mário Melo, como sócio e Secretário Perpétuo do IAHP, ao escrever seu livro, vai se engajar neste projeto cívico-educativo. Percebemos, inclusive, que os principais assuntos da história de Pernambuco por ele abordados, no livro aqui analisado, estão totalmente de acordo com os que compunham à linha editorial da revista do Instituto. Sobretudo, porque ressaltavam os episódios e personagens da Restauração Pernambucana, da Revolução de 1817 e da Confederação do Equador, além daqueles relacionados à libertação dos escravos, recorrentemente explorados em praticamente todos os números da *Revista do IAHP*, referentes à primeira metade do século XX.

No entanto, acreditamos que esta forte relação entre os conteúdos trabalhados por Melo e os temas dos artigos presentes nos números da *Revista do IAHP* não se dá por acaso. Isso porque Mário Melo, além de ser o Secretário Perpétuo do Instituto Arqueológico, também exerceu o papel de editor da própria revista da instituição, fazendo parte da Comissão de Estatuto e Redação da Revista desde 1910, e ficando no cargo até o final de sua vida, nos anos 1950. Ou seja, durante a primeira metade do

século XX, ele assume uma importante função no Instituto, influenciando diretamente a seleção dos artigos publicados.

Assim, ao ressaltar principalmente esses assuntos da história de Pernambuco, Mário Melo vai imprimir, nas páginas de seu livro, as mesmas ideias e valores que perpassavam os salões do IAHGP. Eram duas narrativas complementares, que se destinando a públicos diferentes, reforçavam-se mutuamente. No livro, sua intenção era à divulgação da interpretação segundo a qual o estado de Pernambuco sempre teria sido marcado por um forte sentimento patriótico e republicano. Tratava-se de disseminar uma imagem de Pernambuco como terra de “bravos heróis”; como o espaço do território onde surgira o “Leão do Norte”.

Nesse sentido, podemos dizer que, de modo geral, em *Dentro da História*, um de seus livros voltados para o grande público que teve maior repercussão no Brasil, Mário Melo procurou destacar algumas “minúcias”, “curiosidades” da história de Pernambuco presentes “dentro” da História, oferecendo aos seus leitores “aperitivos estupendos”, úteis para a construção de uma cultura histórica republicana (GOMES, 2007) e sentimentos patrióticos. Isto é, ele vai se debruçar na produção de uma história-memória da nação, patriótica e pitoresca, profundamente comprometida com a formação de cidadãos brasileiros e pernambucanos, que fossem, antes de tudo, republicanos.

Referências Bibliográficas

“Escritores e livros. Mário Melo – *Dentro da História* – Comp. Editora Nacional – São Paulo – 1931 – 5\$”. *Revista Fon-Fon*. Rio de Janeiro, 22 fev. 1932. P. 8

“Livros Novos.” *Revista da Semana*. Rio de Janeiro, 9 jan. 1932.

CANDIDO, Antônio. “A revolução de 1930 e a cultura”. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 2, n. 4, p. 27-32, 1984.

_____. “A vida ao rés-do-chão”. In: CANDIDO, Antonio. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CAVALCANTI, Amanda A. M. “*Cadê Mário Melo: Um historiador do IAHGP pelas ruas do Recife*”. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro, 2017.

CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Editora Forense. 3ª ed. Rio de Janeiro, 2013.

CHARLE, Christophe. “Le Temps des hommes doubles.” *Revue d’histoire moderne et contemporaine/Société d’histoire moderne* 39. 1992. p. 73-85.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel. 2002.

COSTA, Eudoro Ramos. “A História na ‘Quinzena do Livro’ de S. Paulo.” *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 10 jan. 1932.

Discurso de Valdemar de Oliveira. Oração proferida em 20 de junho de 1959 no Instituto Arqueológico. In: *Revista do IAHGP*, XLV, Recife, 1960.

DUTRA, Eliana de Freitas. “Companhia Editora Nacional: Tradição Editorial e Cultura Nacional no Brasil dos anos 30”. *I Seminário Brasileiro sobre livro e História Editorial*. Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, nov. 2004.

_____. “Seremos universais, porque nacionais”. GOMES, Angela de Castro (Coord.) *Coleção História do Brasil, vol4 - Olhando para dentro 1930-1964*. Editora objetiva. Rio de Janeiro, 2013.

GOMES, Angela de Castro e HANSEN, Patrícia (Org.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2016.

_____. “Cultura política e cultura histórica no Estado Novo”. In: ABREU, Martha; SOIHET, Raquel; GONTIJO, Rebeca (org.). *Cultura Política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007.

_____. “Educação, ciência e edição: consagração intelectual dos periódicos às coleções.” *Revista brasileira de História da ciência*. v. 7, n. 1. Rio de Janeiro, Jan-jun 2014.

_____. “História de Chinelo: o ensino de história através do rádio no Brasil dos anos 1950”. In: ROCHA, Helenice, MAGALHÃES, Marcelo, GONTIJO, Rebeca (orgs). *O ensino de história em questão*. Cultura histórica, usos do passado. FGV editora. Rio de Janeiro, 2015.

GOSSMAN, Lionel. “Anecdote and History”. *HistoryandTheory*.v. 42, n. 2, p. 143-168, 2003.

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua história*. Editora USP. São Paulo, 1985.

MAGALHÃES, Agamenon. “O intelectual do comentário”. *Folha da Manhã*. Recife, s/d. In: MELO, Mário. *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista*. 2ªed. Editora Cepe. Recife, 2012.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

MALERBA, Jurandir. “Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História? Uma reflexão sobre o embate entre historiadores.” *História e Historiografia*. N. 15. Ouro Preto –MG, 2014. P. 27-50.

MELO, Mário. *Aspectos da História*. Casa Mozart. Recife, 1935.

MELO, Mário. *Dentro da História*. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1931.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira*. Companhia das Letras. São Paulo, 2001.

MUNIZ, Heitor. “O ano literário”. *Correio da Manhã*. 12 jan. 1932.

PONTES, Heloisa. “Retratos do Brasil: Um Estudo dos Editores, das Editoras e das ‘Coleções Brasilianas’, nas Décadas de 1930, 40 e 50”. *BIB. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, v. 26, p. 56-110, 1988.

VILELA, Carneiro. *Cartas Sem Arte. Diário de Pernambuco*. Recife, 19 de Ago. 1888.